



FICHA DO CONTRADITÓRIO

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL - MOÇAMBIQUE (2011-2014)

Abril de 2016

RECOMENDAÇÕES ¹	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³	
1. Melhorar a conceção do PIC enquanto documento estratégico da Cooperação Portuguesa	Camões, I.P.	Aceite parcialmente	Concorda-se com a necessidade de melhorar o próximo PIC. Porém, não se concorda na totalidade com o racional apresentado no documento, conforme exposto em momento anterior.	
	Ministérios Setoriais	Administração Interna	Aceite parcialmente	Entende esta SGMAI que poderá dar contributos enquanto entidade executora de atividades com o envolvimento das FSS MAI tirando partido das lições aprendidas com a execução do Projeto da UE de Apoio Institucional ao MINT. Contudo, entendemos que no que se refere à conceção deste documento estratégico deverá ser o Camões, I.P. o ator principal enquanto organismo coordenador e financiador da cooperação portuguesa.
		Defesa	Aceite	Diligenciar junto do Parceiro para que o período de vigência do próximo Programa-Quadro de

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

² Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

³ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				CTM (PQ) coincida com o do PEC (há que ter presente que, mesmo que o Parceiro aceite, atrasos na assinatura do PQ e/ou do PEC podem inviabilizar esta Recomendação).
		Finanças	Aceite	Para o efeito, seria importante obter informações no terreno que contribuam para uma ponderação mais efetiva das ações a incluir no PIC.
		Justiça	Aceite	O Ministério da Justiça concorda com a melhoria da conceção do PEC, numa perspetiva de alinhamento com as prioridades estabelecidas pelas autoridades moçambicanas e de coerência das políticas para o desenvolvimento, assente numa efetiva orientação para os resultados.
		Solidariedade, Emprego e Seg. Social	Aceite	<p>O GEP/MTSSS reconhece o PEC enquanto documento estratégico das ações no âmbito da cooperação para o desenvolvimento e concorda com um modelo que identifique de forma clara e inequívoca objetivos gerais e objetivos específicos para cada Eixo e Área de Intervenção bem como os ODS para os quais concorrem.</p> <p>O GEP/MTSSS manterá a identificação dos objetivos para os quais contribuem os projetos constantes dos seus Programas de Cooperação.</p>



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
<p>2. Aumentar a coordenação com os atores internacionais nomeadamente através do mapeamento de doadores</p>	Camões, I.P.		Aceite parcialmente	A coordenação é essencial e será reforçada no próximo PEC. Porém, a coordenação não está assegurada tão-somente pelo mapeamento de doadores como a Recomendação parece indiciar.
	Ministérios Setoriais	Administração Interna	Aceite	Relativamente aos atores e indo ao encontro do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014 - Aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, procurar-se-á manter uma abordagem mais integrada procurando estabelecer novas parcerias com outros doadores através dos Oficiais de Ligação no terreno, tentando que sejam inclusivas e abrangentes com vista promover capacidades de intervenção complementares.
		Defesa	Rejeitada	Trata-se de Recomendação muito vaga que não atende, na esfera da Defesa, ao facto da CTM operar em área de soberania dos Estados, o que implica que o acerto da coordenação com os atores internacionais deva obedecer a interesses prioritários nacionais, a decidir caso-a-caso.
		Finanças	Aceite	Esta prática já está instituída, particularmente no âmbito do G-14. Afigura-se, contudo,



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				importante melhorar a partilha de informações obtidas no terreno com os ministérios setoriais em Lisboa.
		Justiça	Parcialmente Aceite	O Ministério da Justiça concorda com o reforço da coordenação com os atores internacionais, nomeadamente nos termos assinalados; todavia, considera mais oportuno a implementação pelo Camões, I.P. desta recomendação.
		Solidariedade, Emprego e Seg. Social	Aceite	Visando uma maior complementaridade o mapeamento de doadores será tido em conta pelo GEP/MTSS. Contudo, e para o efeito, julga-se ser crucial a respetiva disponibilização por parte do Camões, I.P., enquanto entidade coordenadora da política de cooperação, a cada um dos detentores de interesse.
	Embaixada de Portugal em Maputo			A Embaixada, e em particular o setor da Cooperação, continuará a participar nas reuniões com parceiros internacionais, seja ao nível de Chefes de Cooperação, seja ao nível dos grupos de trabalho mais diretamente ligados às nossas áreas de intervenção prioritárias, incentivando a coordenação de ações e procurando evitar sobreposição de projetos.



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³		
	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="808 879 1032 1027">Entidades/ Ministérios Setoriais de Moçambique</td> <td data-bbox="1032 879 1292 1027">MINEC</td> </tr> </table>	Entidades/ Ministérios Setoriais de Moçambique	MINEC		<p>Neste sentido, dará continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de manter atualizadas as matrizes e mapeamentos de doadores, seja gerais, seja nos setores prioritários. Exemplo disso é o trabalho conjunto realizado com os parceiros internacionais do qual já resultaram em 2015 as matrizes do desenvolvimento rural, educação (geral) e ensino técnico-profissional. Encontra-se ainda em fase inicial o processo de elaboração de uma matriz referente aos apoios concedidos pelos parceiros à Assembleia Nacional.</p>
Entidades/ Ministérios Setoriais de Moçambique	MINEC				
<p>3. Melhorar os mecanismos de planeamento conjunto (quer do processo dos intervenientes da CP em Portugal e das estruturas de terreno, quer dos atores da parte moçambicana)</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="808 1027 1292 1155">Camões, I.P.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="808 1155 1292 1278">MINEC</td> </tr> </table>	Camões, I.P.	MINEC	<p>Aceite</p>	<p>O planeamento tem sido feito em articulação com os setoriais e o terreno. Esta articulação será reforçada próximo PEC.</p>
Camões, I.P.					
MINEC					
<p>4. Melhorar a Matriz de Intervenção do PIC, incluindo a componente de gestão do risco.</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="808 1278 1292 1414">Camões, I.P.</td> </tr> </table>	Camões, I.P.	<p>Aceite</p>	<p>O próximo PEC reforçará vários aspetos, entre os quais, a gestão do risco.</p>	
Camões, I.P.					



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
<p>5. Estabelecer um sistema de acompanhamento do Programa de Cooperação, assim como dos programas, projetos e ações, criando indicadores aos diferentes níveis.</p>	Camões, I.P.		Aceite	Trabalho conjunto DPC/DAB/GAA de construção/ligação das matrizes dos PPA a cargo da DAB com a matriz PEC de modo a criar um sistema coerente que permita medir e avaliar os indicadores nas monitorizações previstas. Esta matéria exigirá a adjudicação de um sistema de informação integrado. No que respeita ao próximo PEC estão a ser trabalhos indicadores.
	Ministérios Setoriais	Administração Interna	Aceite	Acompanhamento e monitorização no terreno das ações/atividades implementadas ao abrigo do Projeto de Apoio ao MINT-avaliar o cumprimento e execução física das atividades em sede dos 8 resultados do Projeto supramencionado.
		Defesa	Aceite	Tem sido feito um esforço no sentido da criação de indicadores para acompanhamento das atividades realizadas. No entanto, muitas das atividades são de difícil quantificação ou qualificação, principalmente as de assessoria técnica. A DGPDN, em conjunto com o EMGFA e os Ramos, está a trabalhar no sentido de estabelecer um processo de avaliação que responda, também, a esta Recomendação.
		Finanças	Aceite	Esta prática já tem vindo a ser implementada.



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				Ainda assim, considera-se existir margem para melhorar o estabelecimento de indicadores aos diferentes níveis, designadamente por via de uma maior colaboração nesta matéria com o Gabinete de Avaliação do Camões, I.P.
		Justiça	Parcialmente Aceite	A questão da escassez de recursos existentes obriga a alguma exiguidade de atuação nas áreas identificadas como prioritárias. Sendo a área da Justiça um sistema e não apenas um conjunto de instituições a atuação sobre alguns elementos do mesmo, em detrimento de outros, tende a complexificar a criação de indicadores a diferentes níveis, e a avaliação a partir de <i>baselines</i> apropriadas; não obstante, procurar-se-á implementar uma estrutura sólida de indicadores e quadros de desempenho, para tal crê-se poder-se contar com a habitual disponibilidade do Camões, I.P.
		Solidariedade, Emprego e Seg. Social	Aceite	O GEP/MTSSS concorda com a Recomendação desde que com base em instrumentos de acompanhamento e documentação de suporte idêntica, mas tendo em conta as especificidades e as características dos PPA financiados em cada uma das áreas de intervenção da CP. O GEP/MTSSS contempla, desde há alguns anos e



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				de uma forma simples, nos seus instrumentos de gestão, um Plano de atividades, um Relatório de atividades e uma grelha de Indicadores físicos.
	MINEC			
6. Reforçar o processo de concentração setorial e geográfico	Camões, I.P.		Aceite	Não apoiar PPA a cargo da DAB fora dos países e setores definidos no PEC. O próximo PEC traduzirá um reforço da concentração setorial e geográfica.
	Ministérios Setoriais	Administração Interna	Aceite	Efetivamente, e tendo por base o texto do PIC 2011-2014 “(...) adotará critérios de concentração setorial e geográfica, privilegiando programas de maior dimensão (“bandeira” – <i>flagship projects</i>), com o objetivo de evitar a fragmentação das ações e obter uma melhor relação de custo-benefício”; a SGMAI considera ter cumprido tal recomendação na medida em que durante a vigência deste PIC foi executado o Projeto da UE de Apoio Institucional ao MINT em que o MAI executou 95,5% das atividades/ações no terreno na totalidade dos 8 resultados previstos do Projeto.



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
		Defesa	Aceite	Já implementada do antecedente. Neste momento a CTM tem projetos apenas na cidade de Maputo e arredores e em Nampula. Importa, porém, ter presente que a natural dispersão do dispositivo militar moçambicano poderá nem sempre ser compatível com esta Recomendação.
		Finanças	Rejeitada	Julga-se que esta recomendação não será aplicável, particularmente no que se refere ao âmbito geográfico, às atividades de cooperação desenvolvidas pelo Ministério das Finanças.
		Justiça	Rejeitada	No âmbito da cooperação na área da Justiça, já se verifica um processo de concentração setorial e geográfico.
		Solidariedade, Emprego e Seg. Social	Aceite	O GEP/MTSS manteve, no período em análise, a mesma concentração setorial e geográfica. No sentido da uniformização sugere-se que previamente à celebração setorial de qualquer documento jurídico vinculativo, sejam definidas por parte das autoridades moçambicanas conjuntamente com as portuguesas, as áreas de concentração setorial e geográfica dos PPA com correspondência nos Eixos e Áreas de



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				Intervenção do PEC e nos ODS.
	Entidades/ Ministérios Setoriais de Moçambique	MINEC		
7. Aumentar a previsibilidade da ajuda e melhorar os mecanismos de gestão possibilitando uma melhor eficácia e eficiência do PIC.	Camões, I.P.		Aceite	Apoiar PPA plurianuais alinhados com o PEC, que tenham <i>baselines</i> e metas concretas e indicadores, bem como respetivas monitorizações previstas. A previsibilidade só poderá ser assegurada se forem estabelecidos prazos estritos para apresentação de PPA para aprovação do Camões, I.P.: tem de ser conhecido à partida o número total de PPA a serem identificados, formulados e submetidos ao Camões, I.P. para análise e aprovação para o período do PEC. Nessa base, tem de ser estabelecido um calendário para aprovação de PPA, que defina quantos e/ou quais PPA devem ser apresentados em cada ano económico. Não sendo submetidos ao Camões, I.P. nos prazos definidos, a sua análise e aprovação só poderá ser considerada no ano seguinte, havendo capacidade de resposta do Camões, I.P. que não coloque em risco os prazos definidos para os



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				<p>PPA previstos (considerados prioritários).</p> <p>Na mesma ótica, o Camões, I.P. deve proceder à identificação e formulação apenas dos PPA em PEC e no cumprimento do calendário previsto. A temática previsibilidade é objeto de particular reforço no novo PEC.</p>
	Ministérios Setoriais	Administração Interna	Aceite	<p>Cumprida. PT/MAI no âmbito da execução física do projeto da UE de Apoio Institucional ao MINT prestou um elevado apoio financeiro através do empenhamento dos elementos das FSS e demais organismos do MAI em sede da execução dos 8 Resultados do Projeto. Note-se que, conforme o documento PIC 20111-2014 refere (...) Portugal prestou ao Programa de Cooperação Técnico-Policia/MINT, representando 3,8% do total PIC 2011-2014.</p> <p>Este projeto foi objeto de avaliação a meio percurso realizada pelo GAA/Camões, I.P. em 201316, e no final contratada pela UE, tendo a mesma revelado uma elevada taxa de execução financeira (85%) e técnica (95,5%) (James, 2015)”.</p>
		Defesa	Aceite	<p>Em termos de CTM existe, já, elevada previsibilidade da ajuda fornecida. Os</p>



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				<p>Programas-Quadro de CTM preveem um conjunto de atividades a desenvolver durante o período abrangido, desenvolvidas detalhadamente em fichas-projeto cujo orçamento tem tendência a manter-se semelhante ao do 1º ano (faz-se notar que a previsibilidade da ajuda devia incidir, sobretudo, nos objetivos, meios, recursos humanos e materiais e prazos, e não tanto nos recursos financeiros, uma vez que estes últimos podem servir, como sucedeu já no passado com a CTM, para o Parceiro “reclamar” verbas a que teria direito se a cooperação bilateral não tivesse sido suspensa entretanto ou para comparações entre Parceiros quanto ao que Portugal investe em cada um deles).</p> <p>Tem sido realizado um grande esforço junto do Parceiro para que, em tempo, seja possível uma programação atempada das atividades planeadas, que muitas vezes dependem da criação de condições pelo Parceiro, o que por vezes nem sempre sucede.</p>
		Finanças	Aceite	---
		Justiça	Aceite	O Ministério da Justiça pugna por uma adequada programação plurianual, flexível e



RECOMENDAÇÕES ¹	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				<p>liderada por Moçambique, sustentada numa previsibilidade plurianual, quer em termos de ações, quer em termos financeiros. Neste contexto, dada a exiguidade dos recursos disponíveis deste Ministério, afigura-se necessária uma estreita articulação com o Camões, I.P.</p> <p>O Ministério da Justiça concorre para o reforço da gestão da cooperação centrada em resultados, que procurará um maior alinhamento entre a programação e a monitorização/avaliação, concomitante a uma abordagem integrada de gestão do risco.</p>
		Solidariedade, Emprego e Seg. Social	Rejeitada	Tendo presente que os orçamentos de suporte ao financiamento das intervenções públicas da CP têm carácter anual, não é possível a previsibilidade da ajuda por parte deste Ministério.
8. Realizar avaliações direcionadas a projetos e/ou setores específicos de intervenção.	Camões, I.P.		Aceite	Todos os PPA a cargo da DAB devem prever avaliações a meio percurso, com vista à introdução de melhoria e ajustes, bem como de avaliações finais, que deverão produzir lições aprendidas, identificar melhores praticas, e dar indicações que possam sustentar o investimento em determinados setores para PEC futuros, i.e.



RECOMENDAÇÕES ¹	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				devem servir de base não só aos processos de negociação dos futuros PEC como também de base para os documentos de identificação e de formulação de novos PPA.
9. Integrar os aspetos transversais na fase de Programação do Programa de Cooperação.	Camões, I.P.		Aceite	Os aspetos transversais são integrados, como o Género, Ambiente, etc.
	Ministérios Setoriais	Administração Interna	Aceite	Cumprida. Na elaboração da Programação do Projeto da EU de Apoio ao MINT a recomendação em apreço foi cumprida, a saber “garantia da ordem e segurança de pessoas e bens, o clima de paz e tranquilidade pública bem como o combate efetivo ao crime”. Quanto aos aspetos transversais como a questão do género, embora com resultados pouco significativos, durante o período em apreço, e no que se refere à atividade – Estágio para Oficiais com cargos de Direção e Chefia da CPLP – esta questão foi acautelada e as autoridades moçambicanas trouxeram um elemento feminino a participar no ISCPSP/PSP.
		Defesa	Aceite	Já vem do antecedente. O MDN tem um plano de ações a desenvolver em consonância.
		Finanças	Aceite	A consideração de ações na área das finanças já



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				tem necessariamente em conta o enquadramento do país em várias outras dimensões.
		Justiça	Rejeitada	<p>Transversal a todas as ações da cooperação para o desenvolvimento na área da Justiça encontra-se ainda a questão da promoção da Igualdade de Género. Neste âmbito, não apenas se têm procurado sensibilizar as autoridades dos países parceiros, como se tem promovido a participação ativa de mulheres enquanto formadoras/assessoras em ações de cooperação.</p> <p>Contudo, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre este tema junto dos diversos Pontos Focais do setor da Justiça, está prevista para o dia 28 de abril uma ação de formação sobre Igualdade de Género que será ministrada pela CIG.</p>
		Solidariedade, Emprego e Seg. Social	Aceite	Os aspetos transversais como as questões do género e da criança, devem ser integrados na programação do PEC por se encontrarem contemplados no Plano Quinquenal do Governo 2015-2019 de Moçambique, Objetivo estratégico (V) e nas Ações Prioritárias (1 e 2) onde se inclui o Ministério do Género, Criança e



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				<p>Ação Social.</p> <p>O GEP/MTSS já acautelou, de forma explícita, no texto dos futuros Programas de Cooperação a questão transversal da criança, pese embora esta tenha sido sempre uma constante da intervenção deste Ministério.</p>
	Entidades/ Ministérios Setoriais de Moçambique	MINEC		
		MINRDH/Instituto de Bolsas de Estudo	Aceite	Gerir as bolsas de estudo; sensibilizar na criação de núcleo estudantil e pós- formação.
	Ministério do Género, Criança e Ação Social	Aceite	O MGCAS compromete-se a prestar assessoria na elaboração do próximo Programa de Cooperação, de modo a que os assuntos sociais e de género estejam refletidos.	
<p>10. Respeitar o parecer prévio vinculativo do Camões, I.P.</p>	Ministérios Setoriais	Administração Interna	Aceite	<p>Cumprida. Em todos os Projetos de Cooperação Técnico-Policial elaborados e executados com Moçambique, nomeadamente no âmbito da execução do projeto da UE de Apoio ao MINT, são solicitados o parecer e aprovação pelo Camões, I.P., organismo coordenador e financiador da cooperação portuguesa cumprindo o estipulado no Decreto-Lei n.º</p>



RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹		ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
				21/2012 de 30 de janeiro.
	Defesa		Aceite	De acordo com as conclusões da última Reunião da Comissão Interministerial Cooperação (7 abr 2016), concorda-se com o aproveitamento do Secretariado Permanente da CIC para acelerar este procedimento. É importante que este parecer seja célere, afigurando-se que o mesmo se encontra facilitado pois os PQ de CTM a assinar acabam por decorrer do que sobre eles dispõem os PEC, para os quais a Defesa contribui.
	Finanças		Aceite	---
	Justiça		Rejeitada	O Ministério da Justiça tem submetido a apreciação do Camões, I.P. o pedido de parecer prévio vinculativo.
	Solidariedade, Emprego e Seg. Social		Aceite	O GEP/MTSSS sempre respeitou e requereu ao Camões, I.P. o parecer prévio vinculativo sobre Programas de Cooperação bilaterais, projetos e ações por si promovidos bem como sobre os respetivos financiamentos